

ACTA Nº 13

Acta da Sessão Ordinária do dia 27 de Setembro de 2007

----- Aos vinte e sete dias do mês de Setembro de dois mil e sete, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho e na sua Sala de Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, sob a presidência do senhor Jorge Domingues Camarneiro, secretariado pelo senhor Manuel Marcelino dos Santos Manangão e pelo senhor Hugo Ribeiro Jorge, respectivamente primeiro e segundo secretários. -----

----- Feita a chamada verificou-se que faltaram à presente Sessão os seguintes deputados municipais: André Pinho; Dina Ribeiro, que foi substituída pela senhora deputada Dália Maria Baptista, que tomou posse; Elisabete Pequeno, que foi substituída pela senhora Sílvia Santos; Licínio Ramos, que foi substituído pelo senhor Manuel Reverendo; Luís André Santos; Luísa Costa; Manuel Bogalho, que foi substituído pelo senhor Manuel Nogueira; Maria Fernanda Oliveira, que foi substituída pelo senhor Manuel Reis de Almeida, que tomou posse; Maria Dulcília Sereno, que foi substituída pela senhora Rosa Martins; Mário Pedrosa da Silva e Tony Almeida, que foi substituído pelo senhor Paulo Alexandre Santos. -----

----- Da parte do executivo estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores Carlos Neves, Albina Rocha, Fernando Capela, Marco Domingues e Manuel Frade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão e à votação a acta da Sessão anterior. -----

----- Após votação, a acta da Sessão anterior foi aprovada com nove abstenções. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia referiu-se à correspondência recebida e expedida, ficando a mesma ao dispor dos senhores deputados para eventual consulta. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- O senhor deputado Mário Tarenta começou por demonstrar a sua surpresa pelo dia escolhido para a marcação da Sessão da Assembleia Municipal. De seguida, chamou mais uma vez a atenção para uma obra na freguesia de Calvão, que considera faraónica e ilegal, por estar a ser realizada em reserva agrícola nacional. Por último, questionou o executivo sobre um estudo apresentado pelo INE, que considerava que Vagos era o segundo pior concelho do Baixo Vouga, logo a seguir a Sever do Vouga, no índice de poder de compra. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado iniciou a sua intervenção questionando o executivo sobre o ponto da situação do Plano de Pormenor de S. Sebastião, demonstrando alguma preocupação com o que se passava nos terrenos da antiga cerâmica de Vagos. Apelou ainda para a participação na discussão pública do PDM. Felicitou a Câmara Municipal pela organização na abertura do ano escolar, e pelas parcerias entre a autarquia e as IPSS. Finalizando a sua intervenção, interrogou o executivo sobre os concursos da ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) de Salgueiro, da ligação da Vagueira à Zona Industrial da Mota, e da ampliação do edifício da Câmara Municipal. -----

----- O senhor deputado Manuel Pereira começou por lamentar o dia escolhido para a marcação desta Assembleia, informando que esta marcação tinha impedido que alguns dos elementos da bancada do CDS estivessem presentes. De seguida questionou o executivo sobre as obras de abastecimento de água e sobre o Centro de Saúde. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido congratulou todas as entidades que estiveram presentes na resolução do problema da lota da Vagueira. Questionou o executivo sobre a situação da Estrada Florestal nº1. Chamou ainda a atenção para o problema da venda ambulante na Vagueira, e aproveitou também para solicitar à Câmara Municipal para que protegesse as ETAR da Vagueira com telheiros, como acontece em Ílhavo. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por expressar a total disponibilidade da Câmara Municipal para que junto dos responsáveis da Reserva Agrícola Nacional se pudesse resolver a questão da construção ilegal, levantada pelo deputado Mário Tarenta, acrescentando que as actuações da Câmara Municipal se restringiam aos espaços agro-florestais e aos perímetros urbanos. Em relação ao Plano de Pormenor de S. Sebastião, anunciou que este aguarda publicação e esclareceu que as obras que decorrem dizem respeito a um loteamento já aprovado, e que as áreas relativas à antiga cerâmica ainda não foram alvo de loteamento, mas que a preocupação da segurança do espaço está salvaguardada, quer pelos proprietários quer pela Câmara Municipal. Relativamente à ETAR de Salgueiro, anunciou que se prevê o início das obras para as próximas semanas; quanto à Estrada Florestal, referiu que a empreitada foi retomada, esperando que o alcatroamento seja efectuado em duas semanas. Quanto ao alargamento do edifício da Câmara Municipal, esclareceu que se trata de uma ampliação para as necessidades que se fazem sentir face ao volume cada vez maior das competências atribuídas pelo Governo às autarquias. Seguidamente, referiu que o abastecimento de água no Concelho ronda os 95%, e que, no que respeita ao Centro de Saúde, a Câmara cumpriu na íntegra tudo o que lhe competia, assumindo ainda a execução do fornecimento de energia eléctrica, tarefa que não era da sua competência. No dia trinta de Setembro a Câmara Municipal irá entregar a obra, para que a sub-região de saúde a ponha a funcionar, esperando-se que até ao final do ano isso possa vir a acontecer. Por fim, agradeceu e concordou com a sugestão do deputado Joaquim Plácido para a construção de telheiros nas ETAR da Vagueira. -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara, relativamente ao estudo apresentado pelo INE e referido pelo deputado Mário Tarenta, considerou que o concelho de Vagos tem problemas mais graves que o poder de compra, dando como exemplo o desemprego existente, que em Vagos apresenta uma situação diferente na comparação com os homólogos distritais. Porque o desemprego que se verifica em Vagos é estrutural, o que quer dizer que não há muito gente desempregada, mas sim muita mão-de-obra na economia paralela, o que distorce todos os índices. Além deste problema, nota-se ainda uma falta de mão-de-obra qualificada. -----

----- A senhora vereadora Albina Rocha, congratulando-se pelo excelente início do ano escolar, explicou alguns dos problemas que surgiram e que obtiveram uma resposta rápida e eficaz por parte da Câmara Municipal e das entidades que directamente estão associadas às actividades escolares. -----

----- O senhor deputado João Carlos Loureiro deu os parabéns ao Centro Social de Soza pela obra inaugurada recentemente e agradeceu à Câmara Municipal todo o apoio que tem prestado a essa mesma instituição. Por fim, agradeceu à Caixa de Crédito Agrícola de Vagos pela colocação na freguesia de Soza de uma caixa multibanco. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

----- PONTO UM – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALINEA e) DO PONTO 1 do ARTIGO 53º, DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO. -----

----- O senhor Presidente da Câmara deu a conhecer à Assembleia a informação financeira e actividade municipal, no período compreendido entre vinte e seis de Junho a vinte e um de Setembro de dois mil e sete. -----

----- O senhor deputado Manuel Pereira questionou o executivo acerca da continuidade dos alcatroamentos sem que esteja realizado o saneamento e acerca do alcatroamento do caminho para as Folssas Novas, lamentando a forma como a obra foi realizada. -----

----- O senhor Presidente da Câmara, manifestou a sua concordância com o senhor deputado Manuel Pereira acerca da dicotomia saneamento/alcatroamento, não deixando de referir que se se esperasse pelo saneamento para alcatroar os caminhos, grande parte do concelho viveria na lama, admitindo que a realização total do saneamento no concelho de Vagos implicaria um esforço financeiro inacessível para a autarquia, só sendo possível se houvesse uma contratação global de todos os municípios com a SimRia. Relativamente ao alcatroamento do caminho para as Folssas Novas, confirmou que este está de acordo com o Plano de Urbanização, e que no futuro será ali que irá encaixar a marginal à vila de Vagos. Aproveitou então para anunciar que os projectos desta via já estão a ser executados e que muito brevemente serão lançados a concurso. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado aproveitou para salientar a excelência das actividades balneares, realçando também a admirável iniciativa que foi a II Bienal do Pão. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos confessou alguma apreensão com a intenção de se avançar para a construção da marginal, considerando que esta era agressiva para a paisagem, e que poderia causar a destruição numa zona muito sensível a nível ecológico. -----

----- O senhor Presidente da Câmara começou por explanar as razões pelas quais a marginal é uma das prioridades para este executivo, explicando que em termos ecológicos está não irá ter impacto, uma vez que o seu traçado não se sobrepõe a terrenos húmidos. -----

----- PONTO DOIS – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. TAXA PARA O ANO DE 2007, A LIQUIDAR EM 2008 - APROVAÇÃO. -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara informou que o executivo pretende manter as taxas de IMI em vigor, ou seja, 0,7 para os Prédios Urbanos e 0,3 para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, realçando que o esforço que tem vindo a ser feito vai no sentido de serem alteradas as avaliações, nomeadamente no que diz respeito aos coeficientes de zonamento, e não às taxas, esperando que no próximo ano os valores dos coeficientes de zonamento já sejam outros. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos, percebendo o raciocínio da alteração dos coeficientes, considerou que este pecava por antecipação, pois mesmo com taxas moderadas as pessoas continuavam a pagar mais do que deviam, questionando o executivo sobre as correcções nas avaliações. -----

----- O senhor Presidente de Câmara informou que a alteração dos coeficientes está a ser elaborada pelo perito local, com a base digital do novo Plano Director Municipal, confiando que entrem em vigor na mesma altura do novo PDM. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação as taxas do Imposto Municipal Sobre Imóveis para o ano de 2007. -----

----- Realizada a votação, foram aprovadas por unanimidade as taxas para o ano de 2007. -----

-----PONTO TRÊS – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2007 – APROVAÇÃO. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao executivo para apresentação do tema em discussão. ----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara começou a sua intervenção explicando as razões que conduziram à revisão do Orçamento, considerando que os orçamentos têm que falar verdade e que o objectivo primordial é executar o máximo possível do que está orçamentado. Transmitiu que a execução das receitas, por via dos impostos directos, foi muito superior àquela que estava calculada e orçamentada, chamando a atenção que este reforço da execução das receitas resultou sobretudo do Imposto Municipal de Transmissões, o que significa que terá havido investidores a comprar terrenos e a instalar indústria no concelho de Vagos, o que foi ao encontro da estratégia defendida pelo executivo em atrair investimento e desenvolvimento para o concelho. Esclareceu ainda que a outra razão de fundo e outro objectivo desta revisão do orçamento era retirar a Câmara de Vagos das listagens negras dos prazos médios de pagamento a fornecedores, informando que com esta revisão e até ao final do ano, o prazo médio de pagamento da Câmara de Vagos será de 120 dias. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos elogiou o trabalho do Vice-Presidente da Câmara, considerando que era um exemplo de seriedade e empenho e cujos resultados estão à vista. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado realçou positivamente a diminuição dos prazos médios de pagamento a fornecedores. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta destacou o aumento muito significativo do Imposto Municipal de Transmissões, demonstrando algum interesse em saber de onde é que provem a maior percentagem deste aumento: se da transmissão onerosa de prédios rústicos ou de prédios urbanos, justificando este interesse pelo facto de se o aumento se dever sobretudo aos prédios urbanos, pode ter de ser feito um reajustamento do valor do Imposto Municipal sobre Imóveis, já que estes serão reavaliados. Por último, questionou o executivo sobre a venda de bens e produtos agro-pecuários. -----

----- O senhor deputado José Lázaro considerou que o aumento significativo do Imposto Municipal de Transmissões era devido às maiores dificuldades financeiras das pessoas que eram obrigadas a desfazerem-se dos seus bens e não, como o executivo quis fazer crer, ao desenvolvimento industrial. Questionou o executivo sobre os aumentos nas rubricas “educação e solidariedade social” e sobre a diminuição na rubrica “escolas”. -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido aproveitou para dar os parabéns ao senhor Vice-Presidente pelo rigor e a qualidade técnica demonstrada ao longo deste mandato. -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara, em resposta ao senhor deputado Mário Tarenta, referiu que os bens agro-pecuários vendidos eram apenas pinheiros, e que tinham sido vendidos pela Direcção Geral dos Recursos Florestais que, conseqüentemente, pagou à Câmara Municipal a parte que lhe competia, que era de 60%. Aproveitou a ocasião para apelar aos senhores deputados para passarem a mensagem, de forma clara, que o que se pretende fazer no Parque Empresarial de Soza não é nenhum aterro sanitário, considerando que o que está a nascer é extraordinário. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a 1ª revisão do orçamento. -----

----- Após a votação, a 1ª revisão ao Orçamento de 2007 foi aprovada por unanimidade. -----

----- **PONTO QUATRO – 1ª REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO DE 2007 – APROVAÇÃO.** -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara informou que, na prática, o Plano de Investimentos não foi alterado com a entrada ou a saída de obras, tendo sido feitos apenas alguns ajustes, como as obras que se previa serem executadas através de empreitada e que passarão a ser executadas pelos serviços camarários ou por administração directa, na totalidade ou parcialmente. -----

----- O senhor deputado José Lázaro, depois de análise realizada ao Plano Plurianual, solicitou alguns esclarecimentos sobre a anulação da verba que deveria ser aplicada aos Centros Educativos de Vagos, Calvão Carregosa e Gafanha, e sobre a anulação da verba destinada às Vias de Cintura Interna e Externa da vila de Vagos. --

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara clarificou que não havia qualquer alteração em obras e rubricas do Plano, informando que este não é um documento definitivo, pois o ano ainda não terminou. Acerca dos Centros Educativos, a anulação da verba tinha como causa o atraso da aprovação da Carta Educativa, o que provocou o atraso nos projectos dos Centros. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta questionou o executivo sobre a parceria da autarquia com as IPSS na aquisição dos autocarros, considerando que a Câmara terá resolvido o problema do transporte escolar à custa das IPSS, pois a manutenção, o seguro e o motorista do autocarro eram por conta das IPSS. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado lembrou que a aposta forte do PSD para o concelho se baseava no desenvolvimento socioeconómico sustentável, refutando todas as críticas que tem vindo a ser feitas pela oposição. --

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara, explicando a aquisição dos autocarros em parceria com as IPSS, revelou que a Câmara Municipal irá pagar metade do autocarros e que o custo para as IPSS será diminuto, pois irá ser efectuado durante 5 anos a uma taxa bastante baixa. Além disso, todas as câmaras que optaram pelos Centros Educativos têm de assegurar o transporte das crianças todos os dias para esses locais, sendo mais benéfico que esse transporte seja feito por uma instituição social do que por uma empresa privada. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimento de 2007. -----

----- Realizada a votação, a 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimento de 2007 foi aprovada por unanimidade. -----

----- PONTO CINCO – LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA O MUNICÍPIO E CONTRATAÇÃO DE FINANCIAMENTO EM SEDE DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL (2007/2013) – APROVAÇÃO. -----

-----O senhor Presidente da Câmara começou por referir que o documento em discussão contempla uma estratégia de desenvolvimento que ultrapassa os limites temporais de um mandato, fazendo portanto todo o sentido ser discutido em sessão de Assembleia Municipal, para que recolha à sua volta um máximo possível de consenso. Informou que este documento não é apenas um mero plano de intenções, mas um conjunto de acções que têm vindo a ser desenvolvidas na elaboração de planos municipais, e que no entendimento do executivo será decisivo em termos de desenvolvimento, colocando o concelho de Vagos ao nível das melhores autarquias do País. O esforço financeiro será avultado mas baseia-se numa estratégia de financiamento alicerçada em parceiros e na aquisição de fundos comunitários, nomeadamente no QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional). -----

----- O senhor deputado Joaquim Plácido considerou o documento vital e estruturante para o concelho de Vagos e deu exemplos de alguns aspectos burocráticos existentes no país, questionando o executivo sobre se os órgãos da tutela da administração central estarão preparados para responder a um documento da dimensão do apresentado. ---

----- O senhor Presidente da Câmara revelou bastante esperança sobre a implementação do documento, pois de acordo com a nova legislação de regulamentação jurídica de elaboração de planos, todas as iniciativas dos municípios estarão muito condicionadas ao que está presente nos seus PDM (Planos Directores Municipais). No caso de Vagos, em que decorre a revisão do PDM, a esmagadora maioria das acções apresentadas já estão incluídas no PDM, com parecer favorável da Comissão Técnica de Acompanhamento, o que deverá levar à rápida aprovação dos projectos em causa. -----

----- O senhor deputado Mário Tarenta considerou que o executivo estará a tentar encontrar o futuro de Vagos ao apresentar estas linhas estratégicas de desenvolvimento, mas não deixou de acautelar os possíveis desencontros que irão surgir ao longo da execução das acções previstas no plano, bem como as possíveis parcerias com entidades privadas, que do seu ponto de vista deveriam ser bem estudadas e acauteladas. Outra das preocupações prende-se com o facto de num próximo mandato poder existir outra força política na Câmara Municipal, que ficará refém da estratégia definida por este executivo, o que poderá trazer alguns problemas de execução do plano, sugerindo que houvesse algum cuidado na prevenção desta possibilidade. Por fim, e da análise realizada ao documento, interrogou o executivo sobre alguns detalhes do futuro Parque Eólico, e se os responsáveis do santuário de Nossa Senhora de Vagos terão sido ouvidos sobre os roteiros dos santuários marianos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara afirmou, sobre o Parque Eólico, que no ano 2002 a Câmara Municipal teria sido contactada por uma empresa alemã com o nome Anercom, no sentido de avaliar a possibilidade de instalação de torres eólicas no concelho, pois a empresa tinha monitorizado toda a costa portuguesa, chegando à conclusão que a costa entre Ovar e a Serra da Boa Viagem era uma zona cuja intensidade e frequência de ventos era muito favorável à energia eólica. Face a esta pretensão, tanto a autarquia como a empresa encetaram contactos com o Ministério da Economia não havendo, por inércia do governo da altura, qualquer resultado prático. Esclareceu que neste momento

Vagos se encontra à frente de todos os municípios no que diz respeito à instalação do Parque eólico, pois este equipamento já está integrado na revisão do PDM, e com parecer favorável da Comissão Técnica de Acompanhamento e cujo andamento se encontra bastante mais avançado que qualquer dos outros PDM's nos municípios vizinhos. Sobre o roteiro de santuários marianos, e realçando os milhares de visitantes por ano, explicou que propôs, numa conversa com o senhor Bispo de Aveiro e com o reitor do Santuário, senhor Padre Carvalhais, que se virasse o santuário para Sul, onde a comissão fabriqueira do Santuário possui 5.000m² de terreno, e ao mesmo tempo se construfsse um santuário maior, à medida dos visitantes e crentes da Nossa Senhora de Vagos. Nessa conversa, o senhor Bispo de Aveiro entendeu que o único local do distrito de Aveiro que poderia ser incluído no roteiro de santuários marianos, tanto de Portugal como da Europa, era o Santuário de Nossa Senhora de Vagos. -----

----- O senhor deputado Manuel Pereira começou por considerar ser um plano bem elaborado, mas com algumas acções que já são discutidas há bastante tempo, lembrando que em 2001 foi elaborado um plano estratégico, desejando saber qual o parentesco que este documento tem como o que foi aprovado em 2001. Solicitou alguns esclarecimentos sobre algumas das acções, nomeadamente sobre as Vias de Cintura Interna e Externa e Caminho dos Cavaleiros, Zona Turística de Vagos e requalificação e defesa da costa. -----

----- O senhor Presidente da Câmara explicou os traçados das Vias de Cintura Interna e Externa e o Caminho dos Cavaleiros, acrescentando que em alguns pontos estes se sobrepõem e se entrecruzam. Acerca da requalificação e defesa da costa, informou que o projecto já se encontra executado pela empresa "Consulmar", podendo ser consultado na Câmara. Sobre a Zona Turística de Vagos, esclareceu que esta tem 157 hectares e que se prevê que tenha um campo de golfe com 100 hectares, aldeamento turístico com 7 hectares e empreendimento de hotelaria com 50 hectares, informando que a elaboração do plano de pormenor desta zona já se iniciou, e confirmando que devido à sua dimensão e pela sua importância em termos financeiros, deverá ser objecto de concurso público. -----

----- O senhor deputado Silvério Regalado afirmou convictamente que este era o caminho certo para o desenvolvimento do concelho de Vagos. -----

----- A senhora deputada Ana Maria Vasconcelos, reconhecendo a importância do documento, começou por afirmar que iria votar favoravelmente, mas com alguma mágoa, nomeadamente em dois pontos: os centros escolares, dos quais discorda por completo, por achar que irão desumanizar a infância e causar insucesso escolar pela grande concentração de crianças; e a implementação da marginal à vila. Por fim, defendeu a divulgação e preservação do santuário de Nossa Senhora de Vagos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação as linhas estratégicas de desenvolvimento para o município. -----

----- Após a votação, foram aprovadas por unanimidade as linhas estratégicas de desenvolvimento para o município e contratação de financiamento em sede de QREN (2007/2013). -----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público para intervir. -----

----- Não havendo público para intervir, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao segundo secretário para a leitura da minuta. -----

----- De imediato o segundo secretário, Hugo Ribeiro Jorge, procedeu à leitura da minuta da acta da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Mesa colocou a minuta da acta à votação, tendo esta sido aprovada por unanimidade.-

----- E nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----